

PROVA BRASIL: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Milena Ribeiro de Aragão¹ | Renata Priscila Silva Ferreira² | Betisabel Vilar de Jesus Santos³

Pedagogia



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Até a década de 1980, priorizou-se a ampliação do atendimento em lugar da qualidade da educação. Contudo, uma mudança substancial começou a se delinear com o processo de redemocratização do país, ganhando respaldo legal na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96). Neste processo, emergiu a preocupação com o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas a medir o quanto e como os alunos vêm aprendendo. Este contexto possibilitou a criação do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica – Saeb, efetivamente implantado em 1990, com a finalidade de avaliar a qualidade do ensino básico oferecido pelos sistemas de educação. Na rede pública o Saeb passou a utilizar como instrumento a Prova Brasil, instituída em 2005, tem por finalidade avaliar as habilidades e competências dos alunos nas áreas de português e matemática, disciplinas que apresentam questões contextualizadas, e de raciocínio lógico. Visando entender o processo de constituição da avaliação externa da Educação Básica no Brasil e analisar a percepção que os professores da rede pública de Aracaju – que atuam neste nível de ensino, têm do instrumento de avaliação utilizado, constituíram-se na motivação para realização do presente estudo. As escolas, objeto desse estudo, foram selecionadas mediante a facilidade de acesso, localizando-se em zonas próximas as nossas residências, contando, também, com a colaboração das colegas de classe e de trabalho que são professoras das mesmas. Nesse sentido, se propõe a subsidiar a reflexão do corpo docente das escolas estaduais e municipais do ensino básico na revisão da prática pedagógica adotada e na busca de alternativas para promover a qualidade da educação ofertada, articulando os resultados da Prova Brasil com as avaliações produzidas em sala de aula.

PALAVRAS CHAVE

Avaliação. Prova Brasil. SAEB. Educação.

Until the 1980s, giving priority to the expansion of care rather than quality of education. However, a substantial change began to take shape with the process of democratization of the country, gaining legal support in the Federal Constitution (1988) and the Law of Guidelines and Bases (Law No. 9394/96). In this case, the concern has emerged with the development of educational policies aimed to measure how much and how students come to learn. This context enabled the creation of the National Assessment of Basic Education - Saeb effectively deployed in 1990 for the purpose of evaluating the quality of basic education offered by education systems. In public Saeb started using the instrument as Brazil Exam, established in 2005, aims to assess the skills and competencies of students in the areas of Portuguese and Mathematics disciplines that have contextualized questions, and logical reasoning. Aiming to understand the process of constitution of the external evaluation of Basic Education in Brazil and analyze the perception that public school teachers who work in Aracaju this level of education have used the assessment tool, constituted the motivation for conducting this study. The schools, the object of this study were selected by the ease of access, being located in areas near our homes, also counting on the collaboration of classmates and teachers who are working the same. In that sense, it is proposed to subsidize faculty reflection of state and municipal schools of basic education in the review of pedagogical practice adopted and seeking alternatives to promote the quality of education offered, linking the results of Brazil Exam with assessments produced in the classroom.

KEYWORDS

Evaluation. Brazil Exam. SAEB. Education.

1 INTRODUÇÃO

Somos avaliados todo o tempo: em casa, no grupo social do qual participamos, em uma entrevista para ingressar no mercado de trabalho, etc. Tal fato nos permite constatar que a avaliação faz parte da vida e do crescimento dos seres humanos e como tal, ocorre em vários espaços e tempo. Esta premissa, também, se aplica a avaliação da escola, espaço preferencial de transmissão da herança cultural produzida pela humanidade e de formação de valores das novas gerações. Constitui-se assim, em instrumento capaz de viabilizar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela escola e para a melhoria dos processos que ocorrem em seu interior.

Contudo, ainda é grande a dificuldade das instituições e, em particular dos que a integram, de emitir juízo de valor a respeito da qualidade do atendimento educacional prestado à população e da própria prática educativa desenvolvida. A avaliação em educação, em geral é focada em um único elemento do processo, talvez o mais fraco: o aluno e seu desempenho. Os resultados obtidos pelos alunos não são levados em consideração na análise dos fatores que geram o fracasso ou o sucesso escolar, sendo interpretada apenas em sua dimensão individual.

Durante muito tempo essa preocupação, também, não se fez presente nas políticas de governo para a educação. Até a década de 1980, priorizou-se a ampliação do atendimento em lugar da qualidade da educação. Contudo, uma mudança substancial começou a se delinear com o processo de redemocratização do país, ganhando respaldo legal na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96). De acordo com

esta legislação, é obrigação do Estado garantir a oferta de uma Educação Básica de qualidade a todas as crianças e jovens brasileiros, cabendo ao cidadão exigir seu cumprimento. A Constituição Federal assegura ainda no VII do Art. 206, a garantia de padrão de qualidade.

Este aspecto, aliado ao debate dos problemas da educação brasileira motivaram o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas a medir o quanto e como os alunos vem aprendendo.

Nesse contexto, identificam-se nos últimos anos, inúmeras discussões acerca da melhoria dos índices educacionais do Brasil, sobretudo da rede pública de ensino as quais orientaram as políticas educacionais dos últimos governos. Estas foram provocadas pelas mudanças sociais, culturais e econômicas desencadeadas pela globalização e pelo avanço tecnológico e ainda, pelos compromissos assumidos internacionalmente pelos governantes de promover a melhoria da qualidade e democratização da educação.

Dentre estas mudanças destaca-se a criação do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica – Saeb, instituído pelo Ministério da Educação – MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP no ano de 1988 e efetivamente implantado em 1990, com a finalidade de avaliar a qualidade do ensino básico oferecido pelos sistemas de educação. Na rede pública o Saeb passou a utilizar como instrumento a Prova Brasil.

A Prova Brasil, instrumento do MEC/INEP, instituída em 2005 tem por finalidade avaliar as habilidades e competências dos alunos nas áreas de português e matemática, disciplinas que apresentam questões contextualizadas, e de raciocínio lógico. Em relação aos professores a Prova pode ser aproveitada para rever suas metodologias de ensino, identificando as conquistas e as possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Com base nos resultados apontados é possível analisar o desempenho dos alunos identificando fatores que influenciam na qualidade e efetividade do ensino ministrado nas escolas. Possibilita, também, aos gestores, pesquisadores e professores a definição de ações voltadas à correção das distorções identificadas, bem como, o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro.

O Saeb e a Prova Brasil participam da composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Com este índice o governo buscou “detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência, e monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino” (SAEB/INEP, 2007, p. 1).

Visando entender o processo de constituição da avaliação externa da Educação Básica no Brasil e analisar a percepção que professores da rede pública de Aracaju, que atuam neste nível de ensino, têm do instrumento de avaliação utilizado, constituíram-se na motivação para realização do presente estudo.

A escolha do tema se deu em função de termos verificados que no Brasil e em Sergipe, ainda é recorrente a deficiência de leitura e escrita dos alunos do ensino fundamental. Desta forma tem como finalidade buscar entendimento de como a escola e governo reagem frente aos indicadores de qualidade apresentando pela rede pública. Neste caso, a referência é o município de Aracaju.

As escolas, objeto desse estudo, foram selecionadas mediante a facilidade de acesso, localizando-se em zonas próximas as nossas residências, contando, também, com a colaboração das colegas de classe e de trabalho que são professoras das mesmas.

Nesse sentido, tem intenção de subsidiar a reflexão do corpo docente das escolas estaduais e municipais do ensino básico na revisão da prática pedagógica adotada e na busca de alternativas para promover a qualidade da educação ofertada, articulando os resultados da Prova Brasil com as avaliações produzidas em sala de aula.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso que se caracteriza como,

Investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de certo fenômeno de interesse. (PONTE, 2006, p. 2).

Para sua efetivação, em princípio, realizou-se a revisão de literatura, buscando embasamento teórico a respeito do tema para subsidiar as análises desenvolvidas. Para tanto, nos referenciamos em autores como Freitas (2005), Kells (1999), Ponte (2006) e Vasconcelos (1995). Em seguida foi elaborado e aplicado o questionário com professores de ensino básico de Aracaju que lecionam nas séries do 5º e 9º anos das escolas estaduais: EE Prof. Francisco Portugal e EE Dr^a. Maria do Carmo Alves, ambas situadas no Conjunto Augusto Franco; EE 17 de Março, situada no bairro Santo Antônio; EE José de Alencar Cardoso, localizada no Conjunto Bugio. Também foi pesquisada a escola municipal EMEF Tenisson Ribeiro, localizada no bairro Mosqueiro. Por fim, a escola conveniada à rede pública, Escola Amélia Boudet, situada no bairro São José.

O resultado do estudo foi sistematizado em três tópicos. No primeiro, analisa-se a função da avaliação para melhoria do processo ensino aprendizagem, a preocupação em assegurar a qualidade do ensino e os instrumentos utilizados pelo Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para avaliar a qualidade da educação. Em seguida foram apresentados os resultados da pesquisa comparando com o referencial teórico adotado. Por fim, são apresentadas as conclusões a que chegamos.

Com este estudo busca-se contribuir para a ampliação do conhecimento a respeito da avaliação em larga escala, em particular da Prova Brasil, no município de Aracaju.

2 A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A avaliação é um processo inerente ao ser humano e suscita muitas polêmicas. Segundo o dicionário Aurélio, Avaliar significa: Determinar a valia ou o valor de. Para Kells (2000, p.9) avaliar é:

[...] o processo informado e periódico através do qual um sistema, uma instituição, um programa ou um procedimento é, com o passar do tempo, colocado em sintonia com suas expectativas (intenções, padrões, normas), através de escolhas e ações julgadas necessárias

Do ponto de vista do processo ensino aprendizagem, a avaliação se constitui em recurso usado para determinar o grau de conhecimento de cada aluno, possibilitando a verificação do alcance dos objetivos pelos docentes, detectar possíveis necessidades ou dificuldades apresentadas e subsidiar a busca de alternativas para saná-las. Além do mais, o docente deve informar ao aluno o objetivo da avaliação e juntos analisarem os resultados.

Assim, a avaliação desempenha uma variedade de objetivos, tais como: subsidiar o processo de ensino-aprendizagem; fornecer informações sobre os alunos, professores e escolas; atuar como respaldo para certificação e seleção bem como orientar na elaboração de políticas públicas e reformas educativas [...]. (CUNHA, 2005, p. 145).

A preocupação em utilizar realizar avaliação da aprendizagem do aluno para nortear a definição de programas e políticas para educação brasileira ganhou centralidade nos anos noventa do século XX. Segundo Afonso (1994), essa centralidade ocorreu em função da crise e da necessidade de redefinição do papel do Estado. Nesse contexto, a avaliação enquanto instrumento de garantia de um ensino de qualidade e de reorganização do trabalho pedagógico passou a constituir tarefa das diferentes instâncias de governo, tendo por finalidade integrar três elementos indispensáveis à universalização do Ensino Fundamental, a saber: acesso, permanência e qualidade.

[...] o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. (PAZ, 2001, p. 19).

Instituída legalmente pelo poder público em suas diferentes instâncias, a avaliação oficial, também denominada avaliação em larga escala, avaliação externa, avaliações dos sistemas de ensino, de acordo com Cunha (2005) torna-se importante no panorama nacional e internacional por controlar ou verificar a qualidade da educação e subsidiar a elaboração de políticas públicas e intervenções pedagógicas. Caracteriza-se por ser aplicada em larga escala e em datas previamente determinadas.

A introdução da avaliação em larga escala na regulação da educação básica se deu no contexto de crise do Estado desenvolvimentista, num quadro de busca de recomposição do poder político, simbólico e operacional de regulação pelo Estado central e de restrições à sua atuação na área social, ligando-se ao movimento reformista que, no ingresso dos anos 1990, impôs uma nova agenda para a área social. Essa agenda apontou para uma reorganização profunda dos princípios e parâmetros de estruturação das políticas sociais, remetendo à questão da reforma do Estado e dos caminhos da modernização do País. (COELHO, 2008, [n.p.]).

A avaliação foi, então, vista como uma estratégia útil para a gestão que se impunha com o rumo que vinha sendo dado à área social (FREITAS, 2005).

Aos fatores já listados, como desencadeadores de políticas e programas voltados a assegurar a qualidade da educação soma-se a necessidade de formar indivíduos para inserir-se em uma sociedade marcada pela globalização e pelas novas tecnologias informacionais e comunicacionais. Projetos que visavam à melhoria quantitativa e qualitativa da Educação foram intensificados com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB ou Lei nº 9394/96). Nessa perspectiva, a LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Brasileira.

Essas avaliações externas são de grande importância à medida que proporciona um novo olhar para o sistema de educação básica, oferecidas para crianças, adolescentes e jovens, ainda que gere polêmicas e opiniões divergentes.

Em suas primeiras edições o Saeb avaliou alunos das 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries nas áreas de Português, Matemática e Ciências. Em 1993 manteve as mesmas características, mas a partir daí a cada edição o processo foi sendo aperfeiçoado. No ano de 1995 além de concentrar as avaliações no final de cada ciclo de estudos (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio), teve sua abrangência ampliada para todas as redes de ensino – pública e particular e todas as unidades da Federação.

Com o Saeb, o INEP/MEC estabelece parâmetros a serem alcançados pelas escolas e sistemas a cada edição da aplicação da Prova Brasil. A meta é atingir até 2021, índice 6 para o ensino fundamental, valor calculado numa escala de 0 a 10.

Surge da necessidade de conhecer em profundidade o sistema educacional brasileiro, sendo aplicado pela primeira vez em 1990. A partir de 1995 passou por uma reestruturação metodológica que possibilitou a comparação dos desempenhos ao longo dos anos.

O SAEB é composto por duas avaliações complementares, a saber, ANEB, (Avaliação Nacional da Educação Básica), e ANRESC, (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), atual Prova Brasil, mudança desencadeada em 2005 por meio da Portaria Ministerial n. 931, de 21 de março. A primeira é aplicada a estudantes de 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio, das redes públicas e privadas do país, na área rural e urbana. A segunda abrange alunos das redes estaduais, municipais e federais da área rural e urbana de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, em que as escolas tenham no mínimo 20 alunos matriculados nestas séries citadas.

O Saeb (ANESB) e o Prova Brasil propõem-se a fazer diagnósticos em larga escala da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Para tanto, são aplicados testes de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e de Matemática, com foco na resolução de problemas. Também, é aplicado questionário socioeconômico a alunos participantes dos testes, o qual fornece informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho e aos professores e diretores das turmas e escolas avaliadas, que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

Com base nas informações coletadas, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação definem ações voltadas à correção de distorções e fragilidades identificadas e direcionando, também, recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

A Prova Brasil avalia alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental, é uma avaliação censitária que possibilita oferecer resultados por escola participante, da rede no âmbito dos

municípios, dos estados, das regiões e do Brasil. Já o Saeb, aplicado aos alunos da 5^o e 9^o anos do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio, tanto da rede pública quanto da rede privada. Consiste em uma avaliação amostral, em que as turmas e escolas participantes são sorteadas, não havendo resultado por escola e por município.

As provas aferem as habilidades e competências propostas nos currículos da educação formal e são elaboradas a partir de Matrizes de Referência, que além das habilidades a serem avaliadas e das orientações para a elaboração das questões, trazem também o conteúdo a ser avaliado em cada disciplina e ano.

Na elaboração das Matrizes de Referência são considerados: os Parâmetros Curriculares Nacionais, as propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, os livros didáticos mais utilizados nas mesmas redes e séries e as análises de professores e especialistas nas áreas do conhecimento avaliadas.

Os testes são de múltipla escolha, sendo que os alunos de 5^a ano respondem a 22 itens de português e a 22 itens de matemática. Os estudantes de 9^o ano e do 3^o ano do ensino médio responderão a 26 itens de português e a 26 de matemática. A principal vantagem da avaliação em larga escala está no fato de possibilitar a comparação do desempenho das redes e escolas ao longo do tempo.

Além dos testes, os alunos respondem a um questionário socioeconômico e cultural, que tem por finalidade caracterizar os estudantes e é composto por 44 questões. Os professores de Língua Portuguesa e Matemática das séries avaliadas e os diretores das escolas, antes da aplicação dos testes com os alunos, respondem questionários cuja finalidade é conhecer a formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos de liderança e formas de gestão. Os aplicadores da prova devem coletar informações sobre o clima acadêmico, disciplinar, recursos pedagógicos disponíveis, infraestrutura e recursos humanos. Com base nesses dados, podem-se analisar os fatores associados ao desempenho dos alunos.

A Prova Brasil e o SAEB são avaliações elaboradas por uma matriz de referências, que agrupa orientações de como elaborar as questões, conteúdo de cada disciplina e série a ser avaliada. As habilidades e competências ansiadas para cada série/ano e disciplinas são divididas com suas respectivas especificações do que cada item da prova deve medir – estes chamados de descritores articulam os conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos. Entretanto estas matrizes não podem ser vistas como procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, pois além de não englobar todo currículo escolar este é um recorte que tem propósitos de conferir algo determinado.

Os conhecimentos a serem avaliados são Língua Portuguesa e Matemática, presentes na Prova Brasil e no SAEB, respectivamente objetiva com foco na leitura verificar a capacidade dos alunos entenderem o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis, mediante o tripé compreensão, análise e interpretação. Desenvolvendo no aluno a habilidade de interagir em qualquer situação de comunicação, já que segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a função social da Língua é de grande importância, para que o indivíduo entre no mundo letrado e construindo seu processo de cidadania, integrando como ser crítico, participante e atuante na sociedade.

Nesse contexto, visa constatar as habilidades dos alunos na resolução de problemas considerando a capacidade de observação, estabelecimento de relações, comunicação de distintas linguagens, argumentação e validação do processo e do estímulo das formas de

110 | raciocínio da intuição, indução, dedução e estimativa. As datas e horário de aplicação da prova são agendados pelos aplicadores da prova, profissionais contratados exclusivamente para essa ação, estes passam por um período de treinamento e capacitação onde recebem orientações sobre a Prova Brasil.

A Prova Brasil, de acordo com Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária de Educação Básica do MEC em 2009, tem o objetivo de “avaliar como anda o direito de aprender dos alunos em cada escola, município, estado e no País”. Neste contexto importante ressaltar que essa prova não avalia o aluno individualmente, e sim o desenvolvimento em conjunto dos alunos da 5º e 9º anos de cada escola.

As médias do Saeb e da Prova Brasil são apresentadas em uma escala de desempenho capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes dos sistemas demonstram ter desenvolvido, tomando como referência uma escala descrita para as habilidades em Língua Portuguesa e outra para Matemática. Cabe às escolas analisá-los a partir das metas de aprendizagem deliberadas pelo projeto pedagógico da própria instituição, buscando os alunos que possui rendimentos baixos em comparação aos que alcançaram níveis satisfatórios.

Essas médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. Possibilita, também, à sociedade acompanhar as políticas praticadas pelas diferentes esferas de governo.

A partir dos dados coletados definem-se ações para corrigir os problemas e fraquezas detectadas nas escolas, pelo MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação, investindo por meio de recursos técnicos e financeiros, auxiliando também na redução das desigualdades existentes. Também, as médias dos alunos são subsídios para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica na reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar obstáculos. (VASCONCELLOS, 1994, p. 43).

A escola da rede pública, ainda apresenta resultados bastante insatisfatórios, que são gerados por uma série de fatores, como por exemplo, a desmotivação e o despreparo dos professores devido a insuficiente formação, baixos salários, e a escassez de recursos e materiais para trabalhar em sala de aula. Esses fatores desmotivam-no ao se deparar com a realidade escolar.

É certo que a insuficiente formação acadêmica de nossos professores é um problema bastante sério. Mas o que não se pode é fechar os olhos para a necessidade de que esta formação esteja impregnada de valores que se identifiquem com os interesses das camadas trabalhadoras e possa criar meios de falar a linguagem desta população (PARO, 1995, p. 242).

A infraestrutura física, sem manutenção, apresenta uma grande influência no processo escolar. O reduzido espaço, com salas lotadas e não arejadas aliado a falta de materiais e

equipamentos didáticos, são alguns desses fatores. Conforme explicita Paro (2000, p. 34), "o professor pode contar com poucas coisas, para desempenhar seu papel de educador, não tem materiais de limpeza, falta de papel higiênico, até de material didático e de equipamentos importantes para o ensino-aprendizagem".

Outro fator desencadeador dos resultados insatisfatórios nesses exames é o trabalho infantil, visto pelos pais como complementação da renda familiar, na qual muitas crianças não têm o tempo suficiente para se dedicar aos estudos. Diante desse fato, a Legislação Brasileira somente permite o trabalho a menores de 16 anos na condição de adolescente aprendiz, em período diurno, sem riscos e que não comprometa a jornada escolar proibindo-o a menores de 14 anos. (REVISTA PLENITUDE, 2009).

Esses aspectos influenciam consideravelmente o processo de ensino aprendizagem, fazendo com que a maioria das escolas brasileiras apresente uma educação de baixa qualidade.

3 A PROVA BRASIL NA PERSPECTIVA DAS ESCOLAS DE ARACAJU

Com a finalidade de analisar a percepção dos professores do Ensino Fundamental a respeito do processo e instrumentos de avaliação em larga escala, foram aplicados 50 questionários com docentes das escolas EE Prof. Francisco Portugal, EE Dra. Maria do Carmo Alves, EE 17 de Março, EE José de Alencar Cardoso, EMEF Tenisson Ribeiro e a Escola Amélia Boudet, na Prova Brasil.

O questionário é composto por questões estruturadas, buscou identificar aspectos como: idade dos alunos, formação acadêmica, concepção de avaliação, contribuição de avaliação para ampliar o conhecimento do aluno, contribuição da Prova Brasil para melhoria da educação, aspectos avaliados na Prova Brasil, usos dos resultados da Prova Brasil pelos professores para melhoria do ensino, maiores dificuldades apresentadas pelos alunos na Prova Brasil, medidas tomadas para melhoria da educação.

A média de idade dos alunos participantes da Prova Brasil concentra-se na faixa etária dos 10 e 11 anos, o que corresponde a 48% dos participantes; 20% encontram-se na faixa dos 10 aos 12 anos; 18% na faixa entre os 10 e 15 anos e 14% entre os 10 e 14 anos. Estas faixas etárias revelam que um número considerável dos alunos está na idade compatível ao ano, ainda que 18% apresentem defasagem idade-ano.

Com relação à idade dos professores pesquisados, constatou-se que 46% se encontram na faixa etária dos 41 aos 50 anos e outros 28% na faixa dos 31 aos 40 anos. Da amostra total, 60% possui formação de nível superior com pós-graduação, 30% possuem apenas a graduação, 8% estão fazendo curso de graduação e 2% possuem apenas nível médio. Em princípio, o fato de ter experiência de vida e já ter ampliado a formação acadêmica em cursos de pós-graduação, pelo menos em tese, sugere que estes estão mais preparados academicamente para entender a importância da avaliação em larga escala para assegurar a qualidade da educação.

Quando questionados sobre a percepção que têm a respeito da Prova Brasil 38%, assinalaram que esta avalia a qualidade do ensino oferecido, 32% informaram que avalia o processo ensino-aprendizagem, 20% revelaram que avalia a formação do professor e 10% reflete as práticas pedagógicas. Estes percentuais correspondem respectivamente a 19, 16, 10 e 5 professores e indicam que, ainda há uma falta de clareza quanto às finalidades desse processo, o que contraria a hipótese assinalada no parágrafo anterior.

Quanto à contribuição da avaliação para ampliar o conhecimento dos alunos, há uma tendência em 44% das respostas em concordar que este instrumento contribui para promover o avanço da qualidade do ensino. Enquanto um número próximo, 32%, acredita que a Prova Brasil estimula o aluno na apropriação dos conhecimentos de leitura e cálculo; outros 18% entendem que a própria formulação das questões, contidas nas provas constitui estímulo à ampliação do conhecimento do aluno; e 6% revelam ainda estar desinformados a respeito da Prova Brasil, ao assinalar que a mesma verifica competências e habilidades dos alunos das escolas privadas. Sendo que a Prova é aplicada somente em escolas da rede pública.

O questionamento feito sobre quem é avaliado na Prova Brasil revelou resultados muito próximos, o que indica o quanto os professores estão divididos em relação ao objetivo avaliativo da prova. Para 54% avalia o sistema de ensino; 28% apontaram que avalia os alunos individualmente e 18% que avalia apenas a amostra pesquisada, não podendo os dados coletados sugerir uma tendência de ensino.

Dos pesquisados, questionados sobre a utilização dos resultados da Prova Brasil para promoção da melhoria da educação, 34% informaram que a prova ajuda os governantes a perceberem que a escola necessita de maior atenção, investindo assim no direcionamento dos recursos técnicos e financeiros a estas. Um número próximo, 30% entendem que os resultados produzidos com a aplicação da prova proporcionam ao professor rever a metodologia de ensino; 20% tende a transferir para os alunos a responsabilidade pelo baixo rendimento; e 16% assinalaram que estes resultados ajudam apenas a promover as melhorias necessárias à educação.

Com relação à contribuição da Prova Brasil para melhoria do ensino 54% dos entrevistados acreditam que podem aproveitar a prova para melhoria do ensino, mediante a articulação dos resultados da mesma com as avaliações em sala de aula; 24% defende que os resultados podem ser utilizados para promover o acompanhamento constante da aprendizagem dos alunos, mostrando-lhes a importância da prova. Para 12% dos professores os resultados podem reorientar suas intervenções pedagógicas e 10% entende que se podem utilizar os resultados da avaliação como reforço para conteúdos possivelmente defasados. Estes dados permitem perceber, pelo menos em tese, que os professores têm clareza da importância da prova como indicador de melhoria da aprendizagem dos alunos.

Questionados sobre as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos nas provas, 40% dos professores apontam que os alunos têm dificuldades em ambas as disciplinas; 30% dos docentes afirmam não saber quais são essas dificuldades; 18% alegam que as dificuldades dos alunos encontram-se na disciplina Português; 8% alegam que não há dificuldades por parte dos alunos e 4% afirmam que as dificuldades dos alunos encontram-se na disciplina Matemática. Estes dados nos fazem refletir sobre os problemas enfrentados na educação básica e aponta para a necessidade de refletir sobre questões que são relevantes, identificando os fatores e, porque os alunos estão apresentando tais deficiências e quais as estratégias que são satisfatórias para superar as dificuldades detectadas e reverter o quadro apresentado.

Quando questionados sobre quais medidas são mais adequadas para promover a melhoria da educação ofertada, tomando como referência o resultado da Prova Brasil, 38% dos professores afirmaram que uma alternativa é mobilizar a comunidade escolar para buscar alternativas; 20% defendem que uma saída possível é investir nas escolas que apresentam índices negativos; 18% afirmaram que não sabem; 14% acredita que a saída encontra-se no

estimulo à participação ativa dos pais na escola e 10% entendem ser preciso conscientizar a comunidade escolar para a realidade vivenciada na escola. De modo geral se pode inferir que cabe tanto aos professores, quanto aos governantes e comunidade implementar ações voltadas à melhoria da educação. Ainda assim, é significativo o número de professores que alegam não saber como trabalhar os resultados da Prova Brasil, o que aponta para uma postura de acomodação ou alheamento quanto à função social da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, podemos destacar considerações relevantes e por certo contraditórias. Percebemos, através das idas e vindas às escolas visitadas, o desconhecimento por parte de gestores, estes não participantes dos questionários aplicados neste trabalho por motivos de se negarem a cooperar conosco, o desconhecimento do que seja a Prova Brasil, ao ser indagados com perguntas como: *“Em sua opinião o que é a Prova Brasil”*, muitos não sabiam conceituar e outros confundiam a Prova Brasil com outra avaliação Provinha Brasil, que avalia alunos do 2º. Ano do nível de alfabetização das escolas públicas.

Logo indagações surgem, se os gestores não se interessam em conhecer uma avaliação externa que serve como diagnóstico para analisar o rendimento dos alunos, como estes profissionais se posicionam frente ao conhecimento da qualidade da sua própria escola? Nesse contexto, constatamos o desinteresse de profissionais em relação aos acontecimentos realizados dentro das escolas das quais receberam a incumbência de serem responsáveis pelo funcionamento destas.

Mediante o estudo acreditamos que a Prova Brasil contribui para avaliar as habilidades e competências dos alunos nas áreas de português e matemática, disciplinas que apresentam questões contextualizadas, e de raciocínio lógico. No entanto, devemos considerar que os alunos possuem níveis intelectuais diferentes, e muitos não se encontram no mesmo nível da Prova, obtendo assim baixo rendimento. A prova não auxilia na melhoria da educação, por parte do governo, pois depois de aplicada não se modifica nada no cenário educacional, o que na prática deveria acontecer. Desta forma não se toma atitudes cabíveis perante a situação de analfabetismo do aluno, mostrando assim que é uma mera estatística, uma política de governo. Em relação aos professores a Prova pode ser aproveitada para rever suas metodologias de ensino, identificando as conquistas e as possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. **A centralidade emergente dos novos processos de avaliação no sistema educativo português**. Fórum Sociológico, Lisboa, 1994, n. 4, p. 7-18.

BRASIL, Constituição Federal (1988) **Lei Federal nº 9.795**, de 27 de abril de 1999.

_____. Lei nº 9795 de 27 de Abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

CARVALHO. Gisele Francisca da Silva. **Avaliação oficial: o que dizem os mediadores da política pública sobre o impacto na prática docente**. São Paulo, 2010.

114 | COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. In: **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ. vol.16 n. 59 Rio de Janeiro Apr./June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362008000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 out. 2012.

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FREITAS, D. N. T. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa In: Reunião Anual da ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2005.

KELLS, Herb R. **Perspectivas básicas de regulação**. In: Self Processes. Trad. Adriana Farah, [S.l.: s.n.],1995.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Por dentro da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 1995.

PAZ, Fábio Mariano da. **O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental**: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1953/2082>>. Acesso em: 14 out. 2012.

PONTE, João Pedro da. **O estudo de caso na investigação em educação matemática**.2006. Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte\(Quadrante-Estudo%20caso.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte(Quadrante-Estudo%20caso.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2012.

TRABALHO INFANTIL, Crime Contra a Infância. **Revista Plenitude**, Rio de Janeiro, n. 173, p. 12, outubro. 2009.

VASCONCELOS, C.S. **A construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad 2, 1994.

Recebido em: 14 de dezembro de 2012

Avaliado em: 7 de janeiro de 2013

Aceito em: 10 de janeiro de 2013

1 Acadêmica em Pedagogia da Universidade Tiradentes. E-mail: milenaaragao2010@hotmail.com

2 Acadêmica em Pedagogia da Universidade Tiradentes. E-mail: tata-natii@hotmail.com

3 Orientadora - UNIT. Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e Doutoranda em Educação pela PUC/RS. E-mail: betisabelvilar@ig.com.br.

Trabalho apresentado como requisito para Conclusão do Curso de Pedagogia.